



CLIPPING INTERNET
06/03/2021 ATÉ 06/03/2021



INDÍCE

| | | |
|---|---|----------------|
| 1 | COMARCAS | |
| | 1.1 SITE O MARANHENSE..... | 1 2 |
| 2 | CORREGEDOR (A) | |
| | 2.1 BLOG DO WALISON..... | 3 |
| | 2.2 BLOG KIM LOPES..... | 4 |
| 3 | DECISÕES | |
| | 3.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO..... | 5 |
| 4 | DESEMBARGADOR | |
| | 4.1 BLOG AQUILES EMIR..... | 6 |
| 5 | JUIZADOS ESPECIAIS | |
| | 5.1 SITE O MARANHENSE..... | 7 |
| 6 | JUIZES | |
| | 6.1 BLOG ALDIR DANTAS..... | 8 |
| 7 | PRESIDÊNCIA | |
| | 7.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO..... | 9 10 |
| 8 | VARA DA MULHER | |
| | 8.1 BLOG MÁRCIO HENRIQUE..... | 11 |
| | 8.2 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO..... | 12 13 14 15 16 |

Ao mestre, com carinho

Carlos Nina*

Conheci Alberto José Tavares Vieira da Silva na Faculdade de Direito da Rua do Sol, quando ali lecionou Direito Penal para a minha turma. Passou a ser, a partir de então, meu professor, e assim o tem sido ao longo desses últimos 50 anos. Mais que um professor, uma referência, um parâmetro de competência, responsabilidade, disciplina, ética, respeito. Daí a lealdade do amigo, que lhe diz não o que você quer, mas o que você precisa ouvir.

Não é este um registro privilegiado, pois professor Alberto tem muitos amigos e admiradores, exatamente pelas qualidades mencionadas e ser verdadeiramente amigo dos seus amigos, ao ponto de com eles se preocupar e ajudá-los, sem que sequer muitos deles tenham sabido ou saibam que gozam de tamanha bênção.

Nas audiências e sessões que presidiu, o magistrado Alberto Tavares mostrou sempre firmeza e equilíbrio, bom senso, conhecimento da matéria objeto da lide, fosse ela de qualquer natureza, tratando a todos com a dignidade que a função exige, ensejando a admiração de quantos presenciavam verdadeiras lições de conteúdo, educação e elegância, marcas de sua conduta.

Para seus alunos, foi um professor exemplar, pelo domínio da matéria, pela didática e, acima de tudo e mais uma vez, pelo respeito com que sempre revestiu sua conduta. Daí porque granjeou para si o querer bem de seus incontáveis alunos.

A par de suas atividades como magistrado e no magistério, orador nato que é, tornou-se um conferencista disputado, não só em eventos de natureza jurídica, mas fora desse âmbito, tratando com invulgar conhecimento sobre outros assuntos, inclusive ética, enriquecido por sua formação em Filosofia, e permeando suas falas quase sempre com referência ao padre Antônio Vieira, cuja obra conhece profundamente.

Há, entretanto, uma particularidade que muito contribuiu para sua formação e que por isso mesmo a ela se mantém ligado, como um compromisso então assumido, qual seja a de ter servido ao Exército brasileiro, de 1958 a 1963, quando saiu, apto a 1º Tenente. Fiel às Forças Armadas, está sempre presente quando convidado, seja para uma solenidade, seja para proferir a palestra de instrução aos novos alunos do NPOR que adentram, ano a ano, o portão principal do 24º Batalhão de Infantaria de Selva, em São Luís, ou com outra finalidade. Encargos esses que recebe e cumpre como missão.

O conhecimento, a experiência e a sabedoria do professor Alberto Tavares estão, portanto, espalhados mundo afora, para além do universo jurídico e universitário, em academias, associações, quartéis, conselhos profissionais, clubes de serviço, instituições governamentais e outros auditórios, onde quase sempre, nas plateias, estão alunos seus, magistrados, membros do Ministério Público, delegados de Polícia, defensores públicos, procuradores, advogados e no exercício de inúmeras outras atividades.

Há dois anos, paralelamente a toda a sua intensa atividade intelectual, a meu convite, tem presidido a Comissão Julgadora dos concursos anuais de texto promovidos pelo Grêmio Lítico Recreativo Português, com os temas "A

importância das Forças Armadas para a Democracia” (2019), “O sesquicentenário do Exército brasileiro em São Luís: evolução histórica, tecnológica e atuação social” (2020) e “A presença portuguesa em São Luís: arquitetura, culinária, cultura, economia e política” (2021).

Não lhe bastam essas atividades. Professor Alberto encontra tempo para cultivar outros prazeres, como o tango, que, mercê de seu domínio sobre a língua espanhola, conhece sua história, letras e música e, não raro, deixa que sua voz revele o talento de um cantante que já esteve nas melhores casas de tango de Buenos Aires, ali fazendo e cultivando amizades. Acrescente-se a essa vertente a miúda gaita por onde extravasa sua sensibilidade musical, através dos acordes de tangos de sua preferência.

Antes do tango, há outro lado desse magistrado exemplar e professor querido por seus alunos. É sua vocação como homem do campo, onde, desde criança, aprendeu a montar, cuidar de animais e a atirar, tornando-se exímio atirador.

Seriam necessárias incontáveis páginas para escrever a história do professor Alberto, por se tratar de um ser que é um universo imenso, com uma contribuição impagável e incalculável à Justiça brasileira, como magistrado e pela árdua tarefa de instalar e primeiro a presidir, em Brasília, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o de maior extensão territorial do País, enfrentando percalços que por si só contêm episódios marcantes da grandeza de seu caráter e de sua integridade moral.

O mesmo pode-se dizer de sua vida no magistério, onde episódios desafiadores testaram sua inteligência, seu equilíbrio e seu domínio sobre a palavra, não só como professor, mas como orador igualmente extraordinário, vivenciando-os e aproveitando cada momento para dar uma bela lição. Contribuiu para a formação de milhares de jovens e adultos, estudantes e profissionais, como educador comprometido com os valores da decência e da moralidade.

Apegado ao Maranhão, após ter sido instado a instalar o TRF em Brasília e ter sido seu primeiro presidente, ali encerrou suas atividades judicantes, renunciando a cargos mais elevados que o futuro lhe reservava, para voltar à Ilha de São Luís e à Baixada maranhense. O Poder Judiciário restou diminuído. Ganhamos nós, seus amigos e todos aqueles que não cessam de demandá-lo, na busca de conselho, orientação ou uma simples conversa, sempre acolhedora, rica de sabedoria e experiência.

Quis eu, nestas singelas palavras, extrapolar da figura do magistrado e professor Alberto Tavares para destacar outros aspectos de sua singularidade, que ratificam o ser humano extraordinário que ele é e o homenagear pela passagem de seu aniversário, ocorrido dia 2 de março.

Continue lendo em: <https://aldirdantas.com/noticias/ao-mestre-com-carinho/>

Foto do esforço de uma enfermeira que vai num lombo de jumento vacinar idosos em Arame repercute na internet

A foto de uma enfermeira montada num jumento, seguindo para uma comunidade rural no município de Arame a fim de vacinar idosos contra covid-19, ganhou repercussão nas redes sociais, principalmente depois que o desembargador Jorge Rachid, do Tribunal de Justiça, e o senador Weverton Rocha (PDT) repercutiram seu trabalho.

Trata-se de mais um exemplo a ser seguido, principalmente para quem tem poder e autoridade para fazer algo, mas em vez disso prefere encontrar culpados para as ocorrências fruto de suas omissões, principalmente se o seu alvo for um adversário político, já que para este, saúde é o que menos interesse, eleição é que tem pressa.

Sobre a dedicação da profissional de Saúde, disse o Rachid: "Enfermeira, moradora da Chapada do Garoto, Município de Arame, MA., levando a vacina contra o Covid 19, para os idosos, moradores da zona rural. Brasil que admiro e que existe de verdade".

Já o senaor Weverton Rocha postou a seguinte mensagem: "Recebi esta foto de uma enfermeira na Chapada do Garoto, em Arame. Ela está indo vacinar idosos em atendimento domiciliar. Alguém em Arame sabe o nome dela? Gostaria de parabeniza-lá pela dedicação ao serviço público e amor ao próximo".

Pensando bem, a melhor homenagem a essa mulher seria alguma autoridade assumir o compromisso de nunca mais ser obrigada a esse sacrifício, garantindo aos profissionais de saúde condições decentes de trabalho e assistência digna aos pobres de Arame, quem sabe, por um programa que atendesse pelo nome de Mais IDH.

Corregedoria e OAB dialogam sobre funcionamento do atendimento remoto no Poder Judiciário

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, reuniu-se na tarde desta sexta-feira (05) com o presidente da Seccional Maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA), Thiago Diaz, e o assessor jurídico da Comissão de Prerrogativas (OAB/MA), Marcelo Furtado, para dialogarem sobre o funcionamento do agendamento remoto para atendimento aos jurisdicionados.

Após a publicação da Portaria-GP - 1952021 que suspende todas as atividades presenciais, judiciais e administrativas do Poder Judiciário do Maranhão em função da elevação dos casos da Covid-19, entre os dias 8 e 17 de março, unidades administrativas e judiciárias funcionarão, exclusivamente, de forma remota.

Ainda anterior à publicação da Portaria, a Corregedoria Geral da Justiça já havia emitido comunicado oficial aos juízes de Direito reforçando a importância da manutenção permanente dos canais de comunicação para atendimento ao público, oferecendo alternativas de contato e com resposta em prazo razoável.

Outra iniciativa da Corregedoria para o período de trabalho remoto e destacada pelo presidente da OAB/MA, diz respeito ao asseguramento dos pleitos judiciais acerca da expedição de alvarás, levantamento de importância em dinheiro ou valores, pagamento de requisições de pequeno valor (RPV), inclusive se valendo, quando requerido, do procedimento de depósito em conta corrente do titular do crédito, orientada aos juízes por meio do OFC-GCGJ - 263202, na última quinta-feira (02).

“Trazemos essa preocupação com o trabalho remoto, mas também agradecemos a prioridade no acolhimento desse pleito. Tivemos da Corregedoria o compromisso na execução, da melhor maneira possível, do bom funcionamento das ferramentas remotas de atendimento”, reforçou Diaz.

Velten citou o constante esforço da Corregedoria em manter os canais de comunicação com o público sempre atualizados e pactuou com a demanda exposta pelo representante da advocacia no Maranhão, reforçando a importância da cooperação nesse momento em que todos precisam tornar o relacionamento com os seus públicos mais acessível.

“As relações institucionais entre magistratura e advocacia, historicamente no Maranhão, sempre foram muito positivas. Devemos tratar com toda atenção e cuidado o que foi exposto. Reconhecemos que a advocacia é indispensável para a administração da Justiça. Enfrentaremos esse momento difícil com harmonia, cooperação e compromisso republicano”, finalizou Velten.

Assessoria de Comunicação
Corregedoria Geral da Justiça
asscom_cgj@tjma.jus.br
asscomcgj@gmail.com

Corregedoria e OAB dialogam sobre funcionamento do atendimento remoto no Poder Judiciário.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, reuniu-se na tarde desta sexta-feira (05) com o presidente da Seccional Maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA), Thiago Diaz, e o assessor jurídico da Comissão de Prerrogativas (OAB/MA), Marcelo Furtado, para dialogarem sobre o funcionamento do agendamento remoto para atendimento aos jurisdicionados.

Após a publicação da Portaria-GP - 1952021 que suspende todas as atividades presenciais, judiciais e administrativas do Poder Judiciário do Maranhão em função da elevação dos casos da Covid-19, entre os dias 8 e 17 de março, unidades administrativas e judiciárias funcionarão, exclusivamente, de forma remota.

Ainda anterior à publicação da Portaria, a Corregedoria Geral da Justiça já havia emitido comunicado oficial aos juízes de Direito reforçando a importância da manutenção permanente dos canais de comunicação para atendimento ao público, oferecendo alternativas de contato e com resposta em prazo razoável.

Outra iniciativa da Corregedoria para o período de trabalho remoto e destacada pelo presidente da OAB/MA, diz respeito ao asseguramento dos pleitos judiciais acerca da expedição de alvarás, levantamento de importância em dinheiro ou valores, pagamento de requisições de pequeno valor (RPV), inclusive se valendo, quando requerido, do procedimento de depósito em conta corrente do titular do crédito, orientada aos juízes por meio do OFC-GCGJ - 263202, na última quinta-feira (02).

“Trouxemos essa preocupação com o trabalho remoto, mas também agradecemos a prioridade no acolhimento desse pleito. Tivemos da Corregedoria o compromisso na execução, da melhor maneira possível, do bom funcionamento das ferramentas remotas de atendimento”, reforçou Diaz.

Velten citou o constante esforço da Corregedoria em manter os canais de comunicação com o público sempre atualizados e pactuou com a demanda exposta pelo representante da advocacia no Maranhão, reforçando a importância da cooperação nesse momento em que todos precisam tornar o relacionamento com os seus públicos mais acessível.

“As relações institucionais entre magistratura e advocacia, historicamente no Maranhão, sempre foram muito positivas. Devemos tratar com toda atenção e cuidado o que foi exposto. Reconhecemos que a advocacia é indispensável para a administração da Justiça. Enfrentaremos esse momento difícil com harmonia, cooperação e compromisso republicano”, finalizou Velten.

Violência contra a mulher: crime com contornos de feminicídio, e praticado por encomenda, completa onze anos sem ter o inquérito policial concluído

No mês em que se comemora o Dia da Mulher, a família de Sandra Maria Dourado de Souza, e do seu namorado, o holandês Joel Bastiaens, nada tem a celebrar. O duplo homicídio do holandês e a namorada no Maranhão completou 11 anos no último dia 28 de fevereiro, sem minimamente, a conclusão do inquérito policial. As famílias das vítimas, assassinadas em uma casa no bairro Araçagy em 2010, denunciarão o Governo do Maranhão à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA e à Advocacia Geral da União por negligência na elucidação do caso. De acordo com as famílias, o Governo do Maranhão o abandonou a mesa de negociação instalada em 2019 para a retomada das investigações.

“Foi um crime hediondo com contornos e elementos de feminicídio e que depois de 11 anos não se tem o apontamento da responsabilização do autor do crime. Tal fato viola a legislação processual penal no Brasil, considerando que é dado o prazo de até 30 dias ou um pouco mais para a elucidação do crime, além de violar os direitos humanos”, afirma o advogado Calos Nicodemos, do escritório de advocacia que representante as famílias das vítimas no Brasil. Na época, Sandra estava recém-separada do marido, em uma processo desgastante e violento, além da disputa de bens entre o casal, confidenciou uma amiga próxima.

As famílias, holandesa e brasileira, exigem das autoridades competentes, a instalação de procedimento que possa levar à conclusão do inquérito, o acompanhamento psicológico das famílias, uma reparação e a instituição de políticas públicas ao enfrentamento do feminicídio no Brasil.

Negociações

Uma mesa de negociação com o governo do Maranhã chegou a ser aberta em 2019, quando foram realizadas apenas duas reuniões com advogado e familiares das vítimas. Após várias solicitações de reuniões em 2020, mesmo on line em razão da pandemia, o escritório de advocacia que representa das famílias das vítimas, brasileira e holandesa, encaminhou semana passada (25/02), uma Notificação à Procuradoria Geral do Estado (PGE) para manifestar-se com informações sobre o andamento da força-tarefa para elucidação de duplo homicídio.

“Diante do silêncio omissivo da PGE, o escritório de advocacia interpreta como manifestação de encerramento das negociações por parte do Governo do Estado do Maranhão.

Cronograma

Fevereiro de 2010 - Duplo assassinato holandês Joel Bastiaens (24 anos) e sua namorada Sandra Maria Dourado de Souza

Maio de 2019 - Primeira reunião junto a PGE, Secretarias de Segurança Pública, de Direitos Humanos, advogados das famílias das vítimas e familiares. Definição e encaminhamento de oito ações determinantes para o caso;

Setembro de 2019 - Segunda reunião presencial com todos envolvidos. Devolutiva burocrática das ações solicitadas pelos advogados das vítimas;

Dezembro de 2019 - Terceira reunião presencial cancelada;

Ao longo de 2020 - devido ao período pandêmico foram várias as tentativas de realização de reunião online para prosseguir com as investigações;

Fevereiro de 2021 - Escritório de advocacia Notifica a PGE, solicitando mais uma vez a realização da reunião, informando que comunicará a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA e/ou a Advocacia Geral da União o referido fato, solicitando aquele organismo internacional a adoção das medidas cabíveis em espécie.

Março de 2021 - até hoje inquérito policial sem ser concluído

Luta pela vida em exemplo de fé, esperança e superação

Um problema de saúde que mereceu muita investigação médica e resultou em exemplo de força e perseverança

perla em registro recente com a família, que cresceu após a doença

São Luís - No dia 21 de abril de 2017, a advogada Perla Maria Fernandes Ribeiro, aos 35 anos, sentiu uma dor na região pélvica. Com a persistência do sintoma e já com febre, ela buscou ajuda médica. Nem de longe Perla imaginava que ali começava uma saga de luta pela vida que é exemplo de fé, esperança e superação. Hoje, cuidando do marido Paulo Marcelus Castro e das filhas Manuella, de 12 anos, e Maria Fernanda, de três meses, ela é consciente de ter experimentado um momento que pode ser chamado de milagre.

“Tenho certeza que foi um milagre. Ninguém acreditava que eu sairia do hospital com vida”, declara ela, já recuperada quatro anos depois, e ainda emocionada.

A dor pélvica era apenas o primeiro sintoma de um problema corporal que mereceu muita investigação médica. Foi um fim de semana difícil. Após a dor inicial, Perla Fernandes Ribeiro foi percebendo o aumento dos sintomas: febre, dificuldade de urinar, dormência nas pernas. A suspeita inicial de médica ginecologista foi infecção urinária. Após a avaliação médica, exames foram feitos e Perla retornou para casa. Como as dores não passaram, na manhã do dia 25 de abril daquele ano, a advogada retornou à ginecologista, que recomendou o uso de uma sonda de alívio, mas as pernas já pareciam estranhas. Por volta das 13h30, com insuportável dor na coluna e a perna dormente, buscou um hospital particular de São Luís.

Lá, começaram a investigar possíveis lesão na coluna ou infecção urinária. Após uma tarde de exames e de nada identificarem, suspeitaram de lesão neural, só que não havia neurologista na unidade de saúde. Assim, após tomar morfina e já não tendo movimento da cintura para baixo, ela retornou para casa.

Na manhã do dia 26, a advogada buscou um neurologista de renome na capital. Ele solicitou imediatamente ressonância, por suspeitar que se tratasse da doença conhecida como síndrome de cauda equina (doença grave causada pela compressão e inflamação do feixe de nervos na parte inferior do canal vertebral). De pronto, ele receitou um jejum, pois caso o diagnóstico se confirmasse, ela deveria ser submetida a cirurgia em caráter de urgência.

Perla Maria Fernandes Ribeiro em diversas fases da reabilitação

Após a ressonância, porém, a suspeita foi descartada. Mas, confirmou que Perla Fernandes precisava de internação hospitalar urgente. De volta ao um hospital particular de São Luís, foi iniciada uma investigação mais profunda do problema, sendo coletado liquor da coluna cervical.

No dia 27 de abril, a internação solicitada foi negada por causa da carência do plano de saúde. Uma liminar foi protocolada e concedida pela Justiça, mas o hospital se recusou a cumpri-la, tendo a advogada permanecido quatro dias sem internação, mas sendo mantida medicada.

A internação hospitalar em apartamento só ocorreu no dia 2 de maio, quando a paciente já estava fazendo a pulsoterapia (tratamento de imunossupressão - no qual se administra doses altas de um medicamento pela veia,

por um curto espaço de tempo). Com o fim do tratamento, que durou cinco dias, houve piora do problema e Perla Fernandes Ribeiro passou a não ter mais o controle dos movimentos da parte superior do corpo e a perder a voz.

Como a cada dia o quadro da paciente piorava, os médicos optaram por fazer plasmaferese (processo extracorporeal, em que o sangue retirado do paciente é separado nos seus componentes plasma e elementos celulares). Para isso, no entanto, seria necessário colocar um cateter na veia jugular. Em 12 de maio, foi colocado o cateter, mas no dia seguinte, após uma noite com dores na região, o pescoço começou a inchar e ela passou a perder a respiração e a saliva.

No dia seguinte, deveria ser iniciado o procedimento de plasmaferese, mas a máquina do hospital não funcionou. Iniciou-se, então, uma corrida contra o tempo para que fosse disponibilizada a máquina do Centro de Hematologia e Hemoterapia do Maranhão (Hemomar), pois só havia dois equipamentos do tipo em todo o Maranhão.

Nesse cenário, por volta das 23h do dia 13 de maio, Perla foi levada para a Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Ela já não conseguia deglutir e estava sem voz. Passou a noite ofegante.

Em 14 de maio, Dia das Mães, o quadro médico não era nada animador. As orações que eram feitas por família e amigos se transformaram em uma vigília pela vida durante todo o dia. E nesse dia, a equipe quis inserir uma nova sonda. Perla, chorando, conseguiu pedir para não inserirem, porque ela iria se recuperar.

Surpreendentemente, ela pedia para que acreditassem na força da sua fé. A médica de plantão na UTI parou o procedimento e disse que atenderia o pedido.

O 'sim' para a igreja

A família, acompanhava todo o sofrimento de perto. Nesse Dia das Mães, ela recebeu a visita do marido, Marcelus, e da mãe, dona Cleudes Fernandes. Perla estava toda inchada e, segundo relatos deles após a visita, cabeça, pescoço e ombro eram uma coisa só. Marcelus a abraçou e começou a chorar e D. Cleudes segurou o pé dela e começou a rezar. Perla, com um fio de voz, dizia que tudo ficaria bem.

Continue lendo

em: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2021/03/06/luta-pela-vida-em-exemplo-de-fe-esperanca-e-superacao/>

Maranhão Novo e de todos nós

BENEDITO BUZAR

“Com esse grupo de intelectuais e técnicos, o jovem governador pensou, planejou e executou projetos que mudaram radicalmente a estrutura econômica e social do Estado, fazendo o seu governo ser até hoje considerado como o mais importante e produtivo, pelas obras de infraestrutura construídas e pela mentalidade reformista.”

Benedito Buzar

Eliézer Moreira, advogado e membro da Academia Maranhense de Letras, escreveu um livro com o título de “Maranhão Novo: a saga de uma geração”, obra imperdível e necessária sobretudo para as novas gerações, mal informadas a respeito de um governo e de um governador, eleito em 1965, depois de uma campanha eleitoral vibrante e popular, levando de roldão um sistema de poder que dominou o Maranhão durante vinte anos, comandado pelo senador Vitorino Freire.

O governador autor dessa notável façanha política, chamava-se José Sarney, jovem de 35 anos, que subiu as escadas do Palácio dos Leões em 31 de janeiro de 1966, para realizar um governo moderno, inovador e soterrar a arcaica e viciada estrutura econômica e social do Maranhão.

O livro de Eliézer reporta-se exclusivamente aos idos de 1966-1970, quando o governador José Sarney decide convocar um elenco de jovens, que vivia marginalizado dentro e fora do Estado, para se juntar a ele numa guerra pacífica mas indômita, para promover mudanças na máquina administrativa do Maranhão, que apresentava os piores índices de desenvolvimento e com uma população de milhões de analfabetos, desempregados e pobres.

Para materializar esse projeto de transformação, Sarney formou um grupo técnico de alta qualidade pessoal e moral, da estirpe de Bandeira Tribuzi, Nivaldo Macieira, Eliézer Moreira, Joaquim Itapary, Mário Leal, Darson e Edmilson Duarte, Cabral Marques, João Alberto, Miguel Nunes, Chico Batista, Alberto e Lourenço Vieira da Silva, José Reinaldo Tavares, Vicente Fialho, Roberto Macieira, Celso Lago, Manoel Dias e Mirtes Haickel, dentre outros, para fazer parte da sua Assessoria Técnica, depois transformada em Sudema - Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão.

Com esse grupo de intelectuais e técnicos, o jovem governador pensou, planejou e executou projetos que mudaram radicalmente a estrutura econômica e social do Estado, fazendo o seu governo ser até hoje considerado como o mais importante e produtivo, pelas obras de infraestrutura construídas e pela mentalidade reformista.

Em carta a Eliézer, Sarney escreveu: “ O seu livro é repleto de informações e é a única fonte de que podem se valer historiadores como ponto de referência, o que irá esclarecer muitos fatos, além de ser um repositório do pensamento de uma geração que mudou a História do Maranhão, que eu gosto de referir como a geração dos poetas, título que me apropriei egoisticamente como líder desse grupo, formado por uma equipe brilhante, dedicada e cheia de amor ao Maranhão, responsável pela sua preparação para ser um Estado desenvolvido, como hoje o é”.

Os estudiosos e pesquisadores procuram cotejar o Maranhão Novo com o Maranhão de todos nós, este, vindo à tona nas eleições de 2014 e 2018, sob o comando de um jovem político, culto, honesto e sagaz, chamado Flávio Dino, que se encontra na metade do segundo mandato, mas sem conseguir convencer o eleitorado que nele votou de que a sua administração, ainda que bem-sucedida em alguns setores, não pode ser nivelada com a de Sarney, que chegou ao Palácio dos Leões há 55 anos, mas até hoje é lembrado como o melhor e o mais positivo do período republicano.

Diante, pois, desse quadro comparativo nada semelhante, até porque os tempos são outros e os problemas se diferem em magnitude, tudo leva a crer que a vantagem do governo Sarney sobre o de Dino, deve-se primordialmente à presença de um competente grupo de técnicos, a grande maioria no fulgor da juventude, que o assessorava e ocupava cargos de relevância no Estado.

Enquanto no Maranhão Novo os assessores de Sarney eram conhecidos e preparados para o cumprimento das funções e ações delegadas pelo governador, no Maranhão de Todos Nós, os que exercem cargos de primeiro escalão, são praticamente desconhecidos da população, que não sabe se estão habilitados para o exercício de tarefas administrativas.

Apenas um exemplo: na gestão de Sarney, na área da Educação, sobressaíram-se as Escolas João de Barro, voltadas para alfabetização do homem rural, e os Ginásios Bandeirantes, destinados ao ensino secundário dos jovens do interior.

No governo de Flávio, a ênfase foi a construção das Escolas Dignas, com os requintes da modernidade e da força dos meios de comunicação, mas não conseguiram superar as vantagens das Escolas João de Barro e dos Ginásios Bandeirantes.

Discurso da estupidez

Na reunião do governador com os representantes dos três poderes e autoridades políticas e sanitárias, o desembargador Lourival Serejo lembrou que estamos enfrentando três grandes

problemas nessa epidemia: a expansão do Covid-19 e suas variantes, o discurso da estupidez e o clamor da fome.

Continue lendo em: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2021/03/06/maranhao-novo-e-de-todos-nos/>

A Inventiva Literatura de Lourival Serejo

Livro *O tormento de Santiago*, mais recente livro do autor, é uma obra que contempla todos os níveis de exigências estéticas-literárias

A Inventiva Literatura de Lourival Serejo

Lourival Serejo lançou *O tormento de Santiago* (Divulgação)

Ezra Pound, considerado por muitos o Einstein da poesia universal, foi também um crítico literário genial e definiu literatura como sendo linguagem carregada de significados até o máximo grau possível, uma novidade que permanece novidade, uma juventude eterna e irreprimível.

Pois bem, a propósito dessa arguta observação do ensaísta Pound, quem lê *O tormento de Santiago*, o mais recente lançamento do poeta e escritor Lourival Serejo, não passa incólume a essa sensação de que estamos diante de um autor e obra em simbiose em todos os níveis de exigências estéticas-literárias, sem o mofo do modismo e do supérfluo.

Lourival Serejo, ele próprio de personalidade contida, beirando a timidez; a partir de um enredo minimalista, uma narrativa asséptica e uma descrição precisa (quase caricatural), constrói seu romance (ou novela, considerando-se o número de páginas) numa lâmina de tensão que faz o leitor pensar e deleitar-se pela urdidura do tema e pela forma exata do fazer literário.

É interessante notar em *O tormento de Santiago*, para além da ótima engenharia ou engenhosidade do Lourival Serejo em alinhar os planos narrativos, descritivos e atorais, dando vida coerente ao mundo ficcional de sua obra (ou não, por indícios autobiográficos), que subjacentemente, no fluir da estória, nos deparamos com uma galeria de personagens riquíssimos em simbologias sobre o homem imperfeito na relação com o outro homem. São os juízes, dos quais, um julgará Santiago pelo seu crime.

Nessa confluência entre o tormento propriamente dito do personagem Santiago na expectativa de sua condenação ou castigo, com toda sua carga psicológica (outro fio condutor que o autor esgrima com mestria) e os tipos de magistrados, cirurgicamente desenhados por Lourival Serejo, o romance atinge sua densidade qualitativa admirável.

Constatamos, então, a partir desses planos (personagens, narrativa e descrição) em perfeita conexão, o exímio prosador Lourival Serejo a revelar-se em todo o seu talento literário sempre em evolução no panorama de nossa literatura de relevância nacional. Lourival revela-se um escritor com capacidade de síntese, imaginativo e inventivo, tecendo a linguagem em consonância com sua sólida cultura literária sutilmente expressa na intertextualidade da sua engenhosidade romanesca ou prosaica.

Portanto, em *O tormento de Santiago*, sob as habilidades e técnicas do competente e talentoso Lourival Serejo, sem detrimento da síntese, nos deparamos com múltiplas perspectivas de um romance multifacetado. Na abordagem existencialista e psicológica do protagonista Santiago, introspectando o seu crime e se angustiando com a espera da sua condenação, e por fim aceitando qualquer pena como redenção de sua culpa. Na impressão de que a obra é policial, cujo investigador é o leitor, querendo saber qual o imperdoável crime do personagem e qual castigo ele merece. Num certo niilismo e realismo, por paradoxal que seja, na construção dos perfis dos juízes em que o autor atinge o seu paroxismo descritivo, modelando tipos de personalidades, provavelmente existentes à sua volta, já que Serejo é um magistrado; e aí está um dos pontos relevantes do romance. Na intertextualidade da narrativa que nos remete subliminarmente a grandes autores a exemplo de Dostoiévski,

Kafka ou John Grisham. Na construção de um romance aberto em que, no final, a imaginação do leitor fica em suspense...

Enfim, para os leitores, mesmos os mais distraídos, ao final de O tormento de Santiago, fica indelevelmente em seu cérebro uma multiplicidade de impressões sobre esse instigante romance de Lourival Serejo, cada vez mais depurado como escritor consciente do seu ofício, confirmando Ezra Pound quando diz que literatura permanente é aquela, cuja linguagem está carregada de significados.

Dia da Mulher: 664 medidas protetivas foram solicitadas em dois meses deste ano

Em 2020, foram expedidas 4.087 medidas de urgência; a Delegacia da Mulher registra, em média, 500 ocorrências por mês, sendo a ameaça o crime mais comum

Delegada Kazumi Tanaka, titular da Delegacia Especial da Mulher

São Luís - Na próxima segunda-feira, 8, será celebrado o Dia Internacional da Mulher. A data, no entanto, pede uma reflexão, devido ao cenário de desigualdade em desfavor das mulheres, que ainda precisam vencer muitos obstáculos, sendo o principal deles a violência.

Somente nos dois primeiros meses deste ano, oito feminicídios foram registrados no Maranhão. Em apenas dois meses, 664 medidas protetivas de urgência foram expedidas, solicitadas por mulheres com o intuito de romperem um ciclo de agressões.

O levantamento feito pela Delegacia Especial da Mulher (DEM) refere-se aos meses de janeiro e fevereiro deste ano. Em dados mensais, em janeiro foram expedidas 392 medidas e em fevereiro, a Delegacia contabilizou 272 pedidos. Ainda nos dois primeiros meses do ano, foram registradas 77 prisões, 989 boletins de ocorrência e 263 inquéritos instaurados.

Além das medidas protetivas, os números de violência contra a mulher são elevados no Maranhão. A estimativa é que, por mês, os registros na DEM somem mais de 500.

Ano passado, foram expedidas 4.087 medidas e registradas 5.979 ocorrências, considerando os pedidos on-line e presenciais. Das ocorrências, as mais comuns são ameaças, que correspondem a 2.726 casos. Os casos de lesão corporal chegam a 999. O número de estupros é 72 e o de feminicídios, 60. Foram registradas, ainda, 518 prisões e 201 descumprimentos de medidas protetivas.

Segundo a delegada Kazumi Tanaka, titular da DEM, apesar dos números elevados, durante o isolamento social causado pela pandemia, foi observado um número de subnotificação, justificado pelo fato de as mulheres, em muitos casos, estarem isoladas com o possível agressor.

“Fomos acompanhando, mês a mês, como é que estava se passando aqui no Brasil, porque nos outros países teve aquele boom de violência contra a mulher. Aqui, caiu o número de registro e de medidas protetivas de urgência. À medida em que as coisas foram se restabelecendo, ficou no mesmo patamar do ano anterior. Tivemos um aumento no número de feminicídios, em 2019, foram 51 casos e 2020 fechou com 60. A grande maioria dessas mulheres não pediu ajuda para o Estado em momento algum”, frisou.

Kazumi Tanaka ressaltou que é possível fazer a denúncia online e, também, por meio do aplicativo Salve Maria, que já está em funcionamento na Região Metropolitana de São Luís e será implantado em Imperatriz neste mês. Por meio dele, é possível agilizar a denúncia, bastando dois cliques, um no botão de segurança e outro para a

confirmação. “Depois disso, cai um chamado sonoro no Ciops, que identifica ser do Salve Maria. Em seguida, o CIOPs envia uma viatura com prioridade zero [mesma prioridade de um homicídio]. O aplicativo tem georreferenciamento e localiza de onde foi feita a chamada, ou seja, de qualquer dos municípios da Ilha de São Luís”, destaca.

Violência psicológica

Para a delegada Kazumi Tanaka, a violência doméstica tem um impacto complexo, que vai além das agressões físicas.

“Em função de uma série de violências psicológicas que afetam a vida da mulher fazem com que ela desenvolva doenças psicossomáticas e ideais suicidas, levando ao cometimento desse tipo de prática. A violência psicológica maltrata mais que a violência física”, destaca.

Segundo Tanaka, não existe um perfil da violência doméstica e acontece em todas as classes sociais, como é, também, difícil identificar o perfil de um agressor. “Quando a gente lança no nosso imaginário a ideia de um crime, a gente traça logo o perfil do que seja um criminoso, a maneira ele deveria atuar, de que ele é ruim o tempo todo e não é. Quem está praticando o crime é teu colega de faculdade, que é gente boa, mas no relacionamento com a namorada dele é totalmente abusivo. O agressor não é o vilão o tempo todo. É aquele que bate, humilha e constrange, mas no outro dia diz que ela é a mulher da vida dele”, avalia.

Números de 2020

5.979 boletins de ocorrências (presenciais e online)

4.087 medidas protetivas

2.726 ameaças

999 lesões corporais

518 prisões

Continue lendo

em: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2021/03/06/dia-da-mulher-664-medidas-protetivas-foram-solicitadas-em-apenas-dois-meses-deste-ano/>

A incerteza e o medo da violência em cada esquina da cidade

Invisíveis na sociedade, alvo até de xingamentos, profissionais do sexo relatam suas experiências com a violência e as incertezas da pandemia

A incerteza e o medo da violência em cada esquina da cidade

É no Bar Meu Bem que as integrantes do grupo Por Elas Empoderadas se reúnem para se divertir, conversar sobre as pautas do grupo ou apenas descansar; lá O Estado encontrou Etiene das Mercês (De Jesus / O ESTADO) São Luís - Em paralelo às lutas, muitas mulheres vivem em situação de vulnerabilidade social, tendo as ruas como o local onde podem ganhar o sustento. As profissionais do sexo vivem à mercê do desconhecido, preparando-se todos os dias para não saber o que vão encontrar a cada programa.

No Centro Histórico de São Luís e suas ruas com casarões centenários, profissionais do sexo fazem parte do cotidiano e, por trás do conceito de boemia que moldou o imaginário popular, naquelas ruas, silêncios e medo fazem parte da vida dessas mulheres. O Estado tentou conversar com algumas que ainda estão em atividades, mas, encontrou resistência; grande parte delas, trabalham sem que seus familiares saibam. Algumas dizem que são diaristas, mas, garantem o sustento da família por meio dos programas, que, no Centro Histórico acontecem, principalmente, durante o dia.

As únicas que tiveram coragem de falar sobre o tema, são mulheres que atuam para garantir uma rede de apoio. É o caso de Maria de Jesus Almeida Costa, conhecida como Dona Jesus, que integra o grupo Por Elas Empoderadas.

O grupo já cadastrou cerca de 100 mulheres que atuam no Centro, São Cristóvão, João de Deus, Olho d' Água e Avenida Guajajara, e esse mapeamento serve para auxiliá-las com orientação sexual, fornecimento de preservativos e, agora, com a pandemia, busca de auxílio de sustento para aquelas famílias.

As reuniões do grupo geralmente acontecem no Bar Meu Bem, que existe há 20 anos, comandado por Socorro Sena, que assumiu o empreendimento após a morte do seu esposo, há cinco anos. O local é um espaço onde as mulheres se sentem confortáveis para definir suas ações e também local de amizade. "As meninas moram aqui perto, elas me ajudam também. Aqui eu nunca estou só. Elas sentam aqui, tomam café, a gente almoça. As meninas aparecem também, trazem os amigos, tomam uma cervejinha e a gente vai levando", narra com bom humor e sempre utilizando a expressão que dá nome ao bar.

Dona Jesus é coordenadora da Associação das Profissionais do Sexo do Maranhão (Aprosmas) e conta que a violência faz parte da vida daquelas mulheres, em diferentes formas: física, sexual e verbal. "As pessoas discriminam com a palavra, usando termos pejorativos, como a expressão filho da p... para falar que uma pessoa não vale nada. É um diálogo violento", afirma.

Ao ser questionada sobre a violência física e sexual, Dona Jesus frisa que, geralmente ficam dentro do quarto. O silêncio das vítimas tem motivos: muitas têm medo de se expor, não tem referências para identificar o agressor e temem represálias, caso esse homem seja identificado. "Elas não sabem como encontrar esse homem depois. Há muitos casos. Outro dia um homem dopou uma menina, quase matou e depois foi embora", conta.

Fora das ruas

Com 43 anos, a vendedora ambulante Etiene das Mercês, deixou de ser profissional do sexo, quando tinha 39 anos. Ela também faz parte do Grupo Elas Empoderadas. Os problemas financeiros a levaram àquela situação. Ela morava com a avó, que faleceu. Sem muito dinheiro e, por intermédio de uma amiga, conheceu a Rua Oscar Frota, um dos pontos de prostituição do centro de São Luís.

O tempo que ela ficou por lá é impreciso, às vezes, diz que foram cinco anos, mas depois diz que a avó faleceu em 1998, ela engravidou, doou sua filha na porta da maternidade, quatro meses depois, uma nova gravidez, o filho ficou com uma tia e depois foi dado a uma família no interior.

Pelas necessidades financeiras, começou a se prostituir, rompeu os laços com parentes e passou a viver no local onde trabalhava. Com o tempo, virou garçonete e nas pensões onde os programas ocorriam, limpava os quartos. “Eu saí porque já estava cansada e comecei a trabalhar como vendedora ambulante, aí pensei que não dava mais para mim, não”, lembra.

Ela afirma que nunca sofreu violência física, mas violências verbais ainda são mágoas profundas. De cliente, ela lembra de ter ouvido palavras desagradáveis apenas uma vez, mas ouvia sempre nas ruas. “Mototaxistas me chamavam de baleia. Às vezes eu via eles chamando as meninas de ‘olha lá a putinha’. A mulher não está lá porque quer, ela precisa. É um meio de sustentar a família. Eu acho isso muito feio”, observa.

Dos três filhos que teve, Etiene das Mercês diz ter contato apenas com a primeira, que mora em Brasília. No começo da conversa, ela afirmou que a criança foi doada na maternidade, depois diz que a jovem, de 22 anos, morava com a avó e hoje mora com uma tia. Os outros filhos têm 21 anos e 20 anos.

Conscientização

Apesar do silêncio das vítimas há diversas ações focadas na conscientização sobre a importância dessa denúncia. A delegada Kazumi Tanaka, titular da Delegacia Especial da Mulher (DEM) relembra algumas ações que já foram feitas em bares na região do centro.

Continue lendo

em: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2021/03/06/a-incerteza-e-o-medo-da-violencia-em-cada-esquina-da-cidade/>

É preciso educação

Diretora da Casa da Mulher Brasileira destaca avanços nas ações estratégicas, mas observa que a violência precisa ser combatida com conscientização social

BRUNA CASTELO BRANCO / EDITORA DO ALTERNATIVO / BÁRBARA LAURIA / O ESTADO

"É preciso educação"

Alojamento de passagem para vítimas, na Casa da Mulher Brasileira (Divulgação)

São Luís - No Maranhão, ações estratégicas são desenvolvidas. A Casa da Mulher Brasileira, em São Luís, e a Casa da Mulher Maranhense, em Imperatriz, por exemplo, foram criadas para oferecer atendimento humanizado a essas mulheres, que chegam geralmente machucadas e confusas.

A Casa da Mulher Brasileira agrega órgãos de proteção, como Defensoria Pública, Ministério Público, Patrulha Maria da Penha e Centro de Referência de Atendimento. Além disso, oferece brinquedoteca, biblioteca e cursos de capacitação, onde são trabalhadas questões de empoderamento e autoestima. O alojamento de passagem, reservado para receber vítimas de forma provisória, já abrigou, de 2019 até fevereiro deste ano, 378 pessoas, entre mulheres e seus dependentes.

De acordo com a diretora da Casa da Mulher Brasileira, Susan Lucena, o espaço trabalha a prevenção. "A Casa da Mulher Brasileira trabalha a punição de quem já cometeu os crimes, mas, também, prevenção e medidas protetivas de urgência. Há, ainda, a Patrulha Maria da Pena, o aplicativo Salve Maria, a tornozeleira, alojamento de passagem e mecanismos de segurança para a mulher. Até 2018, o homem descumpria e não havia penalidade para isso. A lei que criminalizou o descumprimento da medida protetiva de urgência foi criada em 4 de abril de 2018", explica.

Na avaliação da diretora da Casa, a prevenção precisa passar por estratégias de educação. "Nós temos fechado o cerco para garantir proteção às mulheres, mas não é somente isto que resolve. Não é somente a punibilidade. É a educação nas escolas, a prevenção. É preciso fazer com que os homens repensem a masculinidade tóxica. Nós precisamos discutir os relacionamentos saudáveis, a comunicação não-violenta".

A diretora da Casa da Mulher Brasileira acredita que, apesar dos desafios, há avanços que precisam ser considerados, a exemplo da Lei de Crime de Importunação Sexual, aprovada em setembro de 2019. "Antes, era contravenção penal chamada de importunação ofensiva ao pudor e a pena era multa. Hoje, é uma pena mais alta do que a Lei Maria da Penha", pontua.

Sinais de alerta

Os casos de violência acontecem de diversas maneiras e em uma escalada gradativa: uma palavra ofensiva, um comentário desagradável sobre o corpo (disfarçado de brincadeira), uma crítica acerca da capacidade intelectual, ao comportamento, um empurrão, tapa e, nos casos mais graves, assassinato.

Lucena afirma que os abusos começam de forma sutil e que podem ser confundidos com proteção. "Quando o cara começa a cercear suas amizades, isso não é cuidado. Ele vai criando um terreno fértil para o relacionamento abusivo, de afastar da família, dos amigos, muda a forma de agir, os lugares que a pessoa frequenta, as roupas que a mulher usa. Muitas vezes, a mulher vai se adequando à vida do homem. Nessa

adequação, ela perde um pouco de si para agradar ao outro, abrindo mão do que é seu e se anular na relação. Até que a gente compreenda o que é relacionamento abusivo, já passou por vários, sem perceber”, observa.

Ainda são raros os casos de registros de ocorrência de abusos psicológicos. Na maior parte das vezes, a mulher releva com a esperança de que a situação mude e acabe passando pelos estágios de violência, que vai da agressão verbal, física a estágios classificados como espirais de violência, pois, a cada momento, aumentam de intensidade.

SAIBA MAIS

Denuncie

A Casa da Mulher Brasileira funciona 24 horas, na Avenida Prof. Carlos Cunha, no bairro Jaracati. Telefone: (98) 3198-0100

Falta de apoio é obstáculo para denúncia de mulher, diz secretária

Em entrevista a O Estado, secretária de estado fala sobre medidas para proteger mulheres da zona rural contra a violência doméstica

Falta de apoio é obstáculo para denúncia de mulher, diz secretária

Nayra Monteiro, secretária de Estado da Mulher (Bárbara Lauria / O Estado)

São Luís - Em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, a Secretaria de Estado da Mulher (SEMU) está promovendo a campanha "Março Mulher - De onde eu estiver, ajudo uma mulher" (programação disponível no site da Secretaria da Mulher). Contudo, as ações que visam à independência da mulher e o combate a violência ainda são um desafio na Zona Rural do Maranhão. Sobre esse assunto, a Secretária da Semu, Nayra Monteiro, conversou com O Estado sobre as medidas que estão sendo realizadas, principalmente durante a pandemia da Covid-19.

Quais são os desafios para conseguir levar a informação aos 217 municípios do Maranhão e conseguir conscientizar a mulher sobre seus direitos?

São muitos desafios, e não só enquanto a aplicação da política para a mulher, mas também enquanto desenvolvimento para a sociedade. Aqui na Secretaria, desde o início da pandemia, estávamos pensando de que forma acessar essas mulheres, falávamos muito em lives, serviços online, mas, e as mulheres do campo? E as mulheres da zona rural? Como a gente vai atingir essas mulheres? Temos um instrumento chamado Ônibus Lilás. É uma conquista da Marcha das Margaridas. Ele é exclusivo para as comunidades ribeirinhas rurais. Vamos com esse ônibus para as comunidades e fazemos atendimento com essas mulheres, com o foco na violência. Levamos serviços, tanto palestras e informações, quanto o atendimento voltado para elas, como a ouvidoria, serviços psicossociais. Mandamos, inclusive, psicólogas para fazerem esse atendimento com essas mulheres de maior difícil acesso. Além disso, nesse momento de pandemia, usamos muito as rádios comunitárias locais. Fizemos as campanhas e pedimos que nossas gestoras municipais fossem nas rádios para falar com as mulheres.

Como tem feito, durante a pandemia, para abrigar mulheres da zona rural que precisam logo sair de casa, para evitar uma violência maior, e não tem para onde ir?

A gente possui, no Brasil, uma política nacional de abrigamento. Em São Luís, temos a Casa Abrigo, mantida pelo Tribunal de Justiça, e o alojamento de passagem na Casa da Mulher Brasileira. Já aconteceu de, por exemplo, em um município, a mulher sofrendo risco de vida, e a secretária municipal do lugar entrar em contato com a gente para trazermos essa mulher para São Luís, e abrigarmos no Alojamento de Passagem, até que a medida protetiva saísse e ela estivesse em segurança, e de lá, essa mulher é levada para Casa Abrigo, que não divulgamos o endereço, por questões de segurança. Por isso, é importante um contato direto com os municípios. Temos também o aluguel social Maria da Penha, supre essa necessidade. Só que ele tem seus requisitos e a medida protetiva tem que já estar deferida. Então, a mulher que não tem condições de pagar, que obedece determinados critérios legais, tem direito a receber R\$ 600,00 por um ano, até que ela tenha condições de se abrigar. E esse valor, é para pagar despesas de aluguel, condomínio, contas dessa natureza. Nós temos esse aluguel como uma medida de tentar amenizar essa situação.

Na sua avaliação, a maioria das mulheres ainda deixam de denunciar pela desinformação, por achar que aquilo

não é violência, ou pela dependência financeira?

É um conjunto de fatores, na realidade. Às vezes ela deixa de denunciar por vergonha, por medo de ser julgada pelo seu ciclo de amigos. Hoje em dia temos mais credibilidade nas instituições, de que realmente agora os serviços funcionam, que tem a atuação em rede. Por exemplo, no Maranhão temos a patrulha, em que a mulher sabe que se denunciar será protegida. Eu considero isso um avanço.

Ainda há muito uso de termos como “crime passional” ou defesa de honra?

Há ainda, dentro das atuações, por exemplo, do criminal do júri, legítima defesa da honra. Isso ainda hoje é levantado. E a gente precisa fazer uma atuação dentro dessas instituições, porque elas são formadas majoritariamente por homens. Nós somos uma sociedade estruturalmente formada e criada para isso, para perpetuar essas diferenças.

Com esse auxílio, há como avaliar se aumentou o número de denúncias? De mulheres que estão rompendo esse ciclo de violência?

A gente nunca faz a análise de uma única questão. Por exemplo, a violência aumentou na pandemia? Mas, vamos analisar quais dados? Os da saúde? Porque muitas dessas mulheres não denunciam, mas aparecem machucadas e recorrem ao sistema de saúde. Os dados são muito complexos e, por isso, é muito complicado analisar um único dado como determinante da violência ou da não aceitação, porque são um conjunto de fatores. Estamos em um momento de pandemia em que, agora, nós temos dois grandes problemas, além do avanço da doença, é a questão econômica e a questão psicológica. Por isso eu não falo de apenas um fator determinante, pois se existisse nós atuaríamos nele e as coisas melhorariam.

Ressocialização de mulheres em situação de rua e dependentes

Atualmente, 49 mulheres fazem parte do programa de ressocialização no CAPS

Ressocialização de mulheres em situação de rua e dependentes

Paciente recebe atendimento no CAPS AD (Divulgação)

São Luís - À margem da sociedade, muitas mulheres que estão em situação de rua ou são dependentes químicas, são estigmatizadas pela sociedade, e estão mais sujeitas a violências por não serem vistas e tratadas como humanas. Vulnerabilizadas, muitas dessas mulheres precisam apenas de um suporte, apoio, e tratamento adequado para passarem pelo processo de ressocialização. E é pensando nesse projeto, que o Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e Drogas (CAPS AD) mantém um projeto voltado apenas para o resgate e atendimento dessas mulheres que estão em situação de risco e vulnerabilidade.

Maria da Conceição Carvalho começou a fazer uso de substâncias aos 22 anos, entre recaídas ao longo da vida, ao chegar aos 40 anos se rendeu ao vício. Ela chegou a praticar atividades ilícitas para sobreviver. Mas com a ajuda do seu sobrinho, que é presidente de um Centro de Atendimento Psicossocial em Goiás, decidiu encontrar ajuda na CAPS AD de São Luís, onde atualmente, comemora sete meses de reabilitação e participa de aulas de profissionalização.

“Eu comecei mesmo a usar drogas com 22 anos, mas sempre que eu tentava parar tinha recaídas, e aí, quando fiz 40 anos eu voltei. Cheguei a morar em bocas e fiz coisas que me arrependo, mas cheguei num ponto que percebi que isso não era pra mim, e decidi receber ajuda do meu primo. Ele sempre conversava comigo e eu dizia que não queria, mas vi que aquilo não era vida. Quando eu cheguei aqui já fui bem recebida por uma psicóloga, e no mesmo dia eu já estava alojada”, relata.

O projeto conta com uma equipe de psicólogas, médicas, enfermeiras e assistentes sociais, todas mulheres, para acolher e dar suporte a essas mulheres que foram, muitas vezes, expostas à violência durante a dependência química e enquanto estavam em situação de rua. Apenas em 2021, o CAPS AD já atendeu uma demanda de 95 mulheres, e dessas, atualmente, 49 estão fazendo parte do acompanhamento.

“Durante o processo de acompanhamento são feitos grupos psicoterapêuticos específicos para as mulheres, uma vez que sabemos que as mulheres têm dificuldade de falar de seus problemas e de suas situações, que levaram a esse momento que elas estão vivendo, na frente de homens, pois muitas vezes eles foram desencadeados por fatores de violências anteriores”, explicou o diretor do Centro, Marcelo Costa.

Além do atendimento médico, psicológico e social, também são feitas atividades direcionadas somente a elas, como oficinas de bijuteria, oficinas de corte costura, oficinas de crochê, oficinas de tapete. Com essas atividades, é possível desenvolver aptidões relacionadas a economia, que são fatores determinantes para a inclusão delas na sociedade.

“Um dos fatores que prejudica a mulher em buscar o tratamento, é a questão do preconceito. É importante a gente colocar para a sociedade que a mulher também pode ter o adoecimento mental, também está sujeita a ser dependente química, e pode estar em situação de vulnerabilidade. Isso é considerado vergonha, mas pelo contrário, é uma coragem. Quando ela busca ajuda, ela se expõe, e a gente sabe que isso é uma dificuldade.”,

explicou o diretor, Marcelo Costa.

Juiz da 1ª Vara de Pedreiras suspende atendimento presencial e visita pública

O Juiz Marco Adriano Ramos Fonsêca, titular da 1ª Vara da Comarca de Pedreiras, resolveu determinar a suspensão do atendimento presencial e a visitação pública às dependências da 1ª Vara da Comarca de Pedreiras, nos dias 4 e 5 de março de 2021. Nessas datas, ficam suspensos os prazos processuais, exclusivamente, dos processos físicos que tramitam na unidade.

Os servidores da unidade jurisdicional cumprirão jornada de trabalho remoto, a fim de viabilizar a continuidade da tramitação dos processos e não interromper a prestação jurisdicional.

Por meio da Portaria-TJ 994/2021, o juiz justificou que a suspensão se deve ao fato de que um dos servidores da vara que está na escala de atendimento presencial foi contaminado pela Covid-19, conforme diagnóstico informado na tarde desta quarta-feira, dia 3 de março.

O juiz informou, ainda, que outros três servidores apresentam sintomas e ainda estão pendentes de confirmação mediante exame laboratorial e disse ser necessário preservar a saúde de magistrados, servidores, colaboradores, profissionais das carreiras jurídicas e jurisdicionados, reduzindo, assim, as possibilidades de disseminação e contágio da doença.

A decisão do juiz considerou, dentre outras razões, o risco significativo de disseminação da contaminação com a continuidade do atendimento presencial, diante da fase de incubação da doença e da janela de transmissão; e que quase 90% do acervo da unidade jurisdicional já está migrado para o sistema PJe (Processo Judicial Eletrônico), dispensando o comparecimento presencial de advogados, representantes do Ministério Público e da Defensoria para acesso aos autos.

Conforme o disposto na Portaria Conjunta n. 34/2020, durante o período de suspensão do atendimento presencial fica estabelecido o regime de trabalho remoto e o atendimento externo ocorrerá pelos seguintes meios alternativos: aplicativo de mensagens whatsapp: nº (99) 3626-5301; telefone: nº (99) 98146-2748 - Secretária Judicial Francisca Lafaiete Pereira da Silva Souza; e-mail: vara1_ped@tjma.jus.br; e videoconferência, mediante prévio agendamento nos canais de comunicação discriminados nos incisos anteriores.

Comarca de Anajatuba faz intimação e citação de partes por whatsapp

A Comarca de Vara Única de Anajatuba adotou a intimação e a citação de partes processuais por meio do aplicativo de mensagens gratuito whatsapp. A medida foi comunicada por meio da Portaria-TJ 898/2021, de 26 de fevereiro.

O juiz Bruno Chaves de Oliveira informou, na portaria, os números de telefones disponíveis para utilização do aplicativo de mensagens whatsapp para intimação e citação de partes e testemunhas, durante o período de suspensão do expediente presencial preventivo contra o contágio pelo coronavírus (Covid-19).

Partes e seus representantes podem utilizar os seguintes contatos: 98-98427-74941 (Wemerson Pinheiro Martins Cândido - oficial de Justiça) e 98-98500-7772 (Raquel Vieira Freire - oficiala de Justiça).

A medida é fundamentada na decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça, considerando válida a utilização do aplicativo whatsapp como ferramenta de intimação em todo o Judiciário e no Provimento - 34/2019 da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, que amplia para todas as unidades do Maranhão a possibilidade de intimação de partes mediante a utilização do aplicativo de mensagens e autoriza seu uso para fins de oitiva de partes e testemunhas.

Juizado de Balsas registra reclamações de partes por videoconferência

As reclamações feitas diretamente pela parte, junto ao Juizado Especial da Comarca de Balsas, deverão ser realizadas de forma virtual, no período compreendido entre os dias 8 e 17 de março de 2021, por agendamento prévio. No horário agendado será disponibilizada à parte a entrada na sala de audiência virtual de videoconferência da unidade, a fim de ser realizado o ato de atermação.

Para o agendamento das atermações, o Juizado disponibilizou o whatsapp da unidade (99- 98514-3956) e o e-mail institucional juizcivcrim_bal@tjma.jus.br. No caso de não comparecimento da parte, e caso seja feita nova solicitação, será reinserida na fila para realização da atermação, em novo agendamento.

Na resposta à solicitação de agendamento, a parte será alertada de que deverá enviar ao Juizado, pelos meios eletrônicos disponibilizados, toda a documentação relacionada ao processo.

Essas determinações foram feitas pela juíza Nirvana Maria Mourão Barroso, diretora do Juizado Especial da Comarca de Balsas, em Portaria nº 1/2021, de 3 de março, em conformidade com a Portaria-GP 195/, que suspende todas as atividades presenciais, judiciais e administrativas, no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão, no período compreendido entre os dias 8 e 17 de março de 2021.